

A VIOLÊNCIA EM CAMPINA GRANDE DA DÉCADA DE 1980, GRUPOS DE EXTERMÍNIO E AS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS: POSSIBILIDADE DE UM ESTUDO SOCIAL DA CULTURA. (?)

Ac. Luciana Estevam da Silva*

luluestevam@yahoo.com.br

O presente trabalho pretende alterar aspectos da História Social e Cultural, tomando como prisma a contribuição de alguns teóricos como E.P.Thompson, Natalie Zemon Davis, Carlo Ginzburg, entre outros, na tentativa de compreender Campina Grande na década de 1980, na ótica da História Social da Cultura, verificando, sobretudo as possibilidades de perceber aspectos específicos de como foram simbolizadas as ações do Grupo de Extermínio “Mão Branca”. Alçaremos o seguinte trajeto: abordaremos como no campo histórico os estudos Sociais e Culturais ganharam força acadêmica, sua aproximação com a Antropologia, compreendidos em José D’Assunção Barros, Gervácio B. Aranha e autores.No segundo momento, traçamos uma discussão a cerca dos estudos do urbano e da violência, Grupos de Extermínio e os aspectos simbólicos ai imbuídos.

PALAVRAS CHAVE: História Cultural - Violência - Grupo de Extermínio.

DA HISTÓRIA SOCIAL A HISTÓRIA CULTURAL: CONVERSAÇÃO NAS CIÊNCIAS HUMANAS- HISTÓRIA – SOCIOLOGIA – ANTROPOLOGIA EM NATALIE ZEMON DAVIS E E.P.THOMPSON

Ao contato com algumas leituras como: Retorno de Martin Guerre, e Venda de Esposa, Montaillou: o povoado Occtânico, e acessar a narrativa dos seus autores, observamos a riqueza de detalhe na escrita, a alusão aos aspectos aparentemente “descartáveis”, a referência aos ritos, aos gestos, ao que pensavam determinados agentes sociais, etc. Perguntei-me inúmeras vezes se estaria lendo História Social ou Cultural. Contudo, ao aprimorar ainda mais nossa leitura, encontramos respostas para tais indagações.

Nesse ínterim, dois trabalhos contribuíram para dar luz a essa compreensão, o artigo do autor Gervácio e os textos de Lynn Hunt e Suzanne Desan, de onde verificamos que a História Social, só obteve um diálogo com a História Cultural, a partir do momento em que os historiadores discorreram entre outros campos das Ciências Sociais, com ênfase a Sociologia e a Antropologia:

“Em 1961, E.H.Carr declarou que ‘quanto mais sociológica a história se torna, e quanto mais histórica a sociologia se torna, tanto melhor para ambas’... Em outro retrospecto, parece que Carr estava coberto de razão: os dois campos convergiam agudamente para o sócio-histórico. A Sociologia Histórica se tornou um dos mais importantes subcampos da Sociologia, e talvez tenha sido o que mais rapidamente se desenvolveu...”. (HUNT, 1995:01).

Ainda temos:

“No início da década de 1970 os historiadores sociais empenharam-se em ampliar suas pesquisas para além da análise demográfica e sócio-econômica da vida da classe baixa, passando também a explorar as percepções culturais populares. Buscando conferir voz e vida aos camponeses, trabalhadores e artesãos que estudavam, os historiadores enriqueceram seu retrato quantitativo pelo estudo das mentalités. Dois historiadores, E.P.Thompson e Natalie Davis, alçaram muito prestígio com uma análise dotada de direção, validade e método. Seu trabalho sobre violência da massa, particularmente, tornou-se essencial para a definição e à formação de uma nova abordagem cultural da história social” (DESAN, 1995:62).

Poderíamos ainda citar outros fragmentos que justificam o “namoro” da História Social com a História Cultural, contudo, os expostos a cima, é apenas uma tessitura menor sobre o debate da interdisciplinaridade no campo histórico desde 1920, inicialmente com Marc Bloch, passando por fases contraditórias e às vezes respaldadas nas certezas e incertezas no campo do historiador, que vive em meio a inúmeras discussões a cerca do saber historiográfico, entre eles o campo do simbólico na escrita da história. Assim explicito:

“É evidente esse diálogo entre história e Antropologia pressupõe as primeiras iniciativas, ainda nos anos de 1920, com Marc Bloch, se estendendo até hoje, uma abertura para temáticas relacionada à cultura. Sem essa abertura, acredito que esse diálogo sequer existiria. Ora, lidar com a problemática cultural levou ao estudo de aspectos da vida em sociedade relativamente aos quais os historiadores não estavam acostumados a lidar, a exemplo de práticas rituais, comportamentos e/ou atitudes cifrados no simbólico em linguagem, etc. De modo que isto explica as preocupações, a saber, o estudo de como a história cultural/ou a história social da cultura lida com a linguagem simbólica com base em lições de método extraídas do diálogo com a(s) Antropologia(s)”. (ARANHA, 2008:02).

De acordo com Gervácio B. Aranha o simbólico na escrita da História tem suas raízes antropológicas em Giovanni Levi, onde o historiador se pautaria com o aquém das interpretações simbólicas nos seus estudos, estabelecendo uma crítica radical aos modelos Funcionalistas e Marxistas, isso por que:

“A renovação dos estudos culturais trazida tem sido fundamental para repensar o materialismo Histórico-particularmente para flexibilizar o já desgastado esquema de uma sociedade que seria vista a partir de uma cisão entre infra-estrutura e superestrutura. Com os marxistas (a exemplo de E.P.Thompson Eric Hobsbawn e Crisopher Hill – em uma trílice articulação entre a História Cultural, a História Social e a História Política) da Escola Inglesa, o mundo da Cultura passa a ser examinado como parte integrante do ‘modo de produção’, e não como um mero reflexo da infra-estrutura econômica de uma sociedade”. Grifos meus. (BARROS, 2004:62).

Sendo assim entendemos que a História Social delineou novos métodos de pesquisa, ao tomar de empréstimo a Antropologia Simbólica, foram aludidos neste fim, o papel determinante e fundamental dos fatores culturais, em detrimento dos fatores climáticos, geográficos e socioeconômicos. Nessa proposta, ao entrarmos em contato com o texto de Suzanne Desan, verificamos como alguns renomados historiadores sociais desempenharam esse papel de renovação historiográfica, entre eles E.P.Thompson e Natalie Zemon Davis, onde, focalizaram a

atenção aos aspectos ritualísticos e teatrais de determinadas sociedades enquanto demonstração cultural e comunitária: “focalizaram basicamente o significado, as motivações e os meios de legitimar a ação coletiva violenta” .

Apreciando o mais recente artigo do historiador Gervácio B. Aranha verificamos através de suas análises a algumas obras de Davis entre elas “Ritos da Violência”, como a autora comunga com a antropologia cultural simbólica, na qual descreve o acentuado simbolismo religioso das multidões francesas no século XVI e a prática da violência dos mesmos. Nesse fim:

“Para citar apenas dois exemplos, um referente às multidões católicas, outro às protestantes, temos: ‘o significado religioso da destruição pela água benta, uma característica essencial dos ritos católicos do exorcismo. O fogo que destrói a casa do boticário protestante em Montpellier deixa atrás de si não o cheiro da morte do herege que a multidão tinha enforcado, mas de especiarias, pairando no ar durante dias incenso’”. (ARANHA, 2008:06).

Os referidos exemplos, segundo Gervácio. B. Aranha serve de respaldo a entender como Davis explorou bem as lições de método na Antropologia e partiu na busca de significados simbólicos através das ações de grupos católicos e protestantes, realizando seu trabalho através da ênfase aos mínimos atos coletivos e individuais de **católicos** (a exemplo da purificação dos corpos protestantes com morte e aspersion da água benta, vista como purificação. Além da exorcização dos cadáveres ao jogá-los nos rios, etc.) e **protestantes** (ações violentas com demolição de templos e igrejas católicas, queima das imagens, a inferiorização da hóstia ao ser jogada aos cães, etc.). Nessa mesma dinâmica, nos perguntávamos à possibilidade de realizar um trabalho semelhante ao de Davis a cerca do nosso objeto de pesquisa. Isso porque, temos em vista, verificar como os atos de violência do Grupo de Extermínio “Mão Branca” foram percebidos pelos campinenses da década de 1980, assim como esses grupos de indivíduos participaram direto ou indiretamente nesse processo. Verificando como se dava os rituais usados pelo grupo, ao consolidar os atos de crueldade, o simbolismo de se fazer “justiça pelas próprias mãos” – a tortura, a seleção de vítimas, a publicação dos Listões de Morte na imprensa através dos principais jornais escritos que circulavam na cidade e região. E, por fim, como foram representados no imaginário individual e coletivo: **justiceiros, mocinhos ou bandidos?**

As idéias de Davis e sua lição de método serão então, de suma importância em nossa pesquisa, principalmente para refletir como a violência e ação do grupo de extermínio estudado transformaram a comunidade campinense assumindo novos valores, novos papéis. Afinal, a cidade, como percebemos inicialmente ao catalogar os jornais, passou a ter maior segurança, maior tranquilidade, já que os “elementos perigosos”, não constituíam mais o medo e a insegurança.

Ao contrário de Davis, que demonstra em seus trabalhos de história social a influência massiva da Antropologia, E.P.Thompson parece recuar, ou, como diz Desan:

“É um pouco mais cauteloso do que Davis ao adotar os métodos antropológicos porque deseja focalizar o conflito de classes, embora de fato levante muitas das mesmas questões que os antropólogos e compartilhe alguns de seus objetivos de técnica e conteúdo sua obra apresenta alguma semelhança com a ‘densa descrição’ geertziana” (DESAN, 1995:71).

Sendo assim, Thompson através de sua forte militância com a história e a historiografia social, procura privilegiar os fenômenos coletivos das multidões e o sentido de experiência conjunta, para isso, como a própria citação a cima retrata, acaba por margear uma descrição densa dos fatos característica em Geertz, ou, em resumo...

“... o interesse de Thompson é pela existência e atitude, não pela transformação e causalidade. Ao delinear a formação dos valores e concepções culturais, Thompson postula uma interação dialética entre ‘experiência e ‘consciência’ social. Tanto nos seus escritos teóricos quanto nos históricos, ele não define claramente seu conceito de ‘experiência’, mas parece pressupor que a experiência é determinada pelo ‘ser social’, isto é, pelo lugar que se ocupa dentro da estrutura das relações humanas no mundo material. O ‘ser social determina a ‘consciência social’, escreve Thompson, à medida que a experiência se impõe e se imprime no pensamento” (DESAN, 1995:72).

Para finalizar, verificamos que Thompson aprecia a Antropologia simbólica inscrita na ação conjunta, ou seja, na ação de um acurado grupo, ou conjunto de pessoas em um período e lugar específico. Algo que não teremos a intenção de realizar, pois, identificamos que a Antropologia simbólica em Davis nos respalda enquanto pesquisadora.

Abordamos até então, como a Sociologia e principalmente a Antropologia dialogaram com o campo da História Social e Cultural nos últimos anos, usamos como respaldo teórico para tal afirmação, Natalie Zemon Davis e E.P.Thompson realizando sucinta análise e a descrição de método entre os dois autores, que não nego um trabalho que apresenta até então alguns problemas e talvez idéias soltas, ambíguas. Poderia (mas não fiz), ter realizado um exercício como o do autor Gervácio. B. Aranha, que detalhou a emergência da Escola Antropológica através incursão a “Nouvelle Historie”, no âmbito da “escola” dos Annales, e sua gama de historiadores como: Michelet e André Burguère, na História Cultural Norte-americana: Clifort Geertz, entre outros. Assim não realizei por parecer, para mim, ainda um campo estranho, já que tal feito merece tempo e amadurecimento teórico.

CIDADE, COTIDIANO E VIOLÊNCIA: A EMERGÊNCIA DE GRUPOS DE EXTERMÍNIO EM CAMPINA GRANDE DE 1980: RESULTADOS PRELIMINARES DE UMA PESQUISA.

Ao tentar desenvolver uma História Social da Cultura, como abordamos no início, podemos tomar de empréstimo o estudo da cidade e seus aspectos (a segurança em específico), nos refugiando na abertura nas abordagens da História Cultural, que nos permite pensar o cotidiano como parte da dinâmica do urbano.

Do conceito cotidiano podemos pensar o dia-a-dia dos indivíduos, ou, um estudo das relações miúdas como: o trabalhar, o comer, o relacionar-se, o namorar, o estudar, enfim, qualquer ação coletiva ou individual. Ou ainda, como diria Michel de Certeau:

“O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente”. [...] “O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior”. [...] “É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada”. [...] Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história “irracional”, ou desta ‘não história’, como o diz ainda A. Dupont. “O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível...”. (CERTEAU, 1996: 31).

Estudos sobre o Cotidiano de acordo com Maria Izilda Santos Matos só foi possível no campo histórico devido à crise de paradigmas, e a partir de uma revisão dos instrumentos de pesquisa, ou ainda, como afirma a autora houve uma “redescoberta” do Cotidiano, já que no campo histórico a obra francesa dos editores Hachette: “La vie quotidienne” fora lançada em 1930, mas...

“A importância dada à vida cotidiana só cresceu, especialmente a partir da década de 1960, com a publicação do estudo de Braudel ‘Civilização material e capitalismo’ além da contribuição de outros historiadores dos Annales, destacando” a importância de uma história que se ativesse à vida cotidiana – tanto material, quanto mental – das sociedades do passado... Na descrição de hábitos físicos, gestuais, alimentares, afetivos e mentais”. (MATOS, 2002: 21/ 22).

Levar em consideração o estudo do cotidiano e a recuperação as experiências do passado que focalizem “os de baixo”: “populares como camponeses e operários”, “marginalizados”, Mulheres e grupos étnicos é também dialogar com vários campos do saber, é fazer da história um campo interdisciplinar. Ainda segundo Matos:

“Os estudos do cotidiano têm se mostrado um campo multidisciplinar, com uma pluralidade de influências, na tentativa de reconstruir experiências excluídas. Nesse sentido, aproximaram-se particularmente da psicologia e da antropologia, influenciadas que sem dúvida favoreceram a ampliação de áreas de investigação histórica na análise do mundo privado de diferentes setores sociais”. (MATOS, 2002:23).

Destarte, nesses aspectos, nossa pesquisa, ao investigar o grupo de extermínio “Mão Branca”, leva em consideração a participação dos “populares” bem como, outras categorias sociais, na elaboração do imaginário do “mito” os “justiceiros” ou “mocinhos”, ou ainda, como esses mesmos “marginalizados” foram vítimas da ação do referido grupo, associados à marginalização e a pobreza, considerados “classes perigosas”.

De acordo com ADORNO & CARDIA, é bem “verdade que a existência de grupos de extermínio não é fenômeno recente na sociedade brasileira tendo sido detectado desde a história colonial”, dos conflitos seculares entre índios e bandeirantes, quilombolas e capitão do mato, entre Casa Grande e senzala, grileiros e posseiros, cangaço e volantes, entre coronel e os moradores, nos dias atuais da “guerra” travada entre os bandidos e a sociedade, que desemboca ao surgimento desses grupos de justificação privados nos grandes e médios centros urbanos.

Na concepção desses autores, três circunstâncias contribuem para problematizar o esforço de caracterização de grupos de extermínio e violência urbana no Brasil. Alguns admitem primeiramente que nem sempre é possível:

“Estabelecer com clareza as fronteiras entre a ação do grupo de extermínio e a ação de linchadores, notadamente porque possuem algumas características comuns /como o anonimato, os rituais de morte e, sobretudo as motivações de ordem moral que inclinam as ações para o desejo de vingança e liquidação judicial imediata, sem apelo a instituições de mediação – o que dificulta a distinção. Tendo em vista que é freqüente a ação do grupo de extermínio estar associada à violência policial e tenha por alvos preferenciais jovens e adolescentes. Em terceiro, porque o fenômeno enfocado envolve ações de grupos de indivíduos isolados, o que torna o fenômeno ainda mais multifacetado”. (CERQUEIRA, Fº.: 1993.).

As ações dos Grupos de Extermínio no Brasil apesar de remotas ainda mostram-se presentes no nosso cotidiano, principalmente nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo e até em capitais Nordestinas como o Recife. Denominados de Crime Organizado, megas estruturas a serviço do crime alguns desses grupos armados a exemplo de Organizações criminosas como Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV) e Amigo dos Amigos (ADA), atuam em escala nacional. Todavia dos grupos com desempenho local, temos o exemplo os Thundercats e os Abelhas na região metropolitana do Recife. Segundo Messias Luiz e Lúcia Helena:

“A esse respeito, um levantamento realizado no ano de 2005 e 2006 pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (SDS/PE), constatou a existência de 170 quadrilhas atuando na Região Metropolitana do Recife (RMR). Ganha destaque os chamados grupos de extermínio, desses, atuam 83 na RMR. Duas facções se destacaram na execução desse tipo de crime: os Thundercats e os Abelhas. O segundo grupo ainda está operando. O primeiro foi quase que totalmente desarticulado pelas forças de segurança pública do estado”. (MESSIAS LUIZ E LÚCIA HELENA: 2007).

O sentimento de insegurança tem gerado mais angústia e medo na sociedade, nesses últimos tempos tais sentimentos têm alcançado todas as classes sociais, dos guetos aos bairros mais abastados das cidades. O medo está presente em varáveis maneiras:

“O medo do aquecimento global, do subdesenvolvimento, do crime organizado, das armas nucleares, do imperialismo, do terrorismo, são apenas alguns dos muitos medos que vivenciamos. Porém, existe um medo que está muito mais próximo do nosso cotidiano: o medo da violência urbana. Medo e violência parecem mesmo andar juntos”. (MESSIAS LUIZ E LÚCIA HELENA: 2007).

O medo e a insegurança nas cidades é real, imbuídos a esses sentimentos atuam os grupos de extermínio, organizações criminosas típicos de regiões pobres, com atuação ainda restrita, surgem para criar uma “falsa segurança”, dando um suporte à sociedade que o Estado não consegue dar. Em meio às brechas deixadas de maneira proposital ou não pelo Estado tais grupos se inserem, criando uma nova ordem, exterminando as “mazelas” ou “grupos perigosos”. Até então, esses grupos não são uma ameaça aos demais membros da sociedade, exceto aos “refugos humanos”, os vagabundos.

Contudo, diante da fragilidade do Estado em garantir a efetivação dessas ações, a segurança pública torna-se privada. Para Bauman

“O Estado contemporâneo já não pode cumprir a promessa social e seus políticos não a repetem mais. Em vez disso, seus programas prognosticam um apelo ainda mais precário e arriscado por um monte de malabarismos, ao passo que tornam quase impossíveis os projetos de vida. Eles pedem aos eleitores que sejam mais ‘flexíveis’ (ou seja, que se preparem para ter mais insegurança no futuro) e busquem individualmente suas próprias soluções individuais para problemas socialmente produzidos”. (BAUMAM, 2005: 112).

Enquanto isso, os grupos de justificação privado cumprem dentro de suas “comunidades” o papel de protetores, oferecendo uma falsa segurança aos moradores. Contudo, são agraciados muitas vezes, aqueles que contribuirão na forma de pagamento dos serviços ou que apóia as suas ações. Essa frágil relação entre aqueles que oferecem segurança e aqueles que são segurados existe porque as favelas e lugares segregados da cidade (bairros populares, becos e cortiços) tornaram-se espaços não só de exclusão, mas um destino certo aos “refugos humanos”, que lá são jogados a mercê de da própria sorte. Torna-se natural, dentro de um espaço menosprezado pelo poder público, a ascensão de “poderes” paralelos que transforma tais espaços muitas vezes em territórios autônomos, com regras próprias. Ainda segundo Bauman:

“A segurança, como todos os outros aspectos da vida humana num mundo inexoravelmente individualizado e privatizado, é uma tarefa que toca cada indivíduo”. “A ‘defesa do lugar’, vista como condição necessária de toda segurança, deve ser uma questão de bairro, um ‘assunto comunitário’”. (BAUMAM, 2005: 112).

Onde o Estado fracassou, poderá a comunidade - a comunidade *local*, uma comunidade corporificada num *território* habitado por seus membros e ninguém mais “estar seguro”? Poderá também essa mesma comunidade servir de vítima as ações desses grupos? Essas e outras indagações postas nesse artigo emergem (iram) no nosso trabalho de pesquisa, das quais serão respondidas ao longo da elaboração da Dissertação.

A pobreza associada à violência e seus “elementos perigosos” - “refugos humanos”, ou qualquer outra denominação depreciativa dada àqueles que vivem nos arrabaldes da cidade, vítimas de desigualdades sócio-espacial, econômica e cultural, aparecem nos trabalhos de Chalhoub, Arrais e Soares. Autores estes que apesar de possuírem temáticas variadas identificamos uma importante contribuição ao nosso trabalho, a de como entender no cotidiano da cidade aqueles que compunham o “listão” de morte publicada no Jornal Diário da Borborema. Verificamos que se tratavam em sua grande maioria de “marginais, ex-detentos, familiares e amigos de presos, membros da própria polícia e pessoas ligadas a Comissão de Justiça e Paz” que fora constituída para investigar e coibir as ações de violência abusivas do referido grupo de Extermínio “Mão Branca”.

Verificamos na primeira parte do presente artigo, como Natalie Zemon Davis analisa os rituais e os símbolos da violência católica e protestante na Reforma para além da exterioridade

Teológica, fazendo um exame da religião popular, imbricando aos aspectos da História das Mentalidades e da Antropologia Simbólica, nessa perspectiva nos propomos realizar em breve a mesma lição de método para entender os rituais usados pelo Grupo de Extermínio “Mão Branca” na década de 1980, compreendendo então, como se realizava a captura e seleção das vítimas, o uso intenso da imprensa, a desova dos corpos, a tortura e o símbolo adotado para identificar o grupo (uma mão, e de forma menos acentuada a Caveira tatuada, que adotou o significado pela imprensa local, como um símbolo de se fazer “justiça com as próprias mãos”). Segundo Desan:

“O uso de ritual para descrever padrões de violência ajusta-se perfeitamente à concepção antropológica de cultura enquanto força estética e unificadora. Se a violência é ritual, parece ser dotada de uma legitimidade inerente que, de certo modo, é predeterminada e reforça a natureza essencialmente coesa da comunidade” (DESAN, 1995:91).

Enfim, como enfatizamos em um dos momentos anteriores, nossa intenção não é fechar questões a cerca dos assuntos abordados, acreditamos sim, na possibilidade de melhorar nossos conhecimentos teóricos para abrir novos debates a cerca da temática, e poder preencher as fendas e arestas aqui emergidas.

BIBLIOGRAFIA:

- **Fontes Primárias:**

- **Jornais e Revistas:**

DIÁRIO DA BORBOREMA, de 01 a 25 de Março de 1980. E, de 01 a 30 de Abril de 1980.

JORNAL DA PARAÍBA, de 01 a 25 de Março de 1980. E, de 01 a 30 de Abril de 1980.

- **Processos Crimes:**

Tribunal de Justiça da Paraíba. Comarca de Campina Grande. Juízo da Segunda Vara do Tribunal do Júri. Distribuição nº. 3431/80, nº. 020-Volume 01; pp. 255pgns. Volume 02, pp.: 250-487; Volume 03, pp. 491-745; Volume 04, pp.: 746-997; Volume 05, pp.: 998-1359 e Volume 06, pp.: 1360-1467. Ano de 1980.

- **Teses/Dissertações Acadêmicas e Artigos Científicos:**

Anais do Iº SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE AS GEOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA E DO MEDO: “POR UM ESPAÇO GEOGRÁFICO SEM CÁRCERES PÚBLICOS OU PRIVADOS”. Autores: **Messias Luiz e Lúcia Helena**: Thundercats e Abelhas: Medo e Violência na

Pós-modernidade: a Ação dos Grupos de Extermínio em Pernambuco. UFPE – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Recife, 2007.

PAIVA, Leila Maria Luciano de. "Justiça pelas próprias mãos: Análise do Grupo de Extermínio Mão Branca no Município de Campina Grande - Paraíba (1978-1982)". João Pessoa (PB), 2000.

- **Livros:**

ADORNO, de Abreu, S.F. **Violência Urbana, Justiça Criminal e organização social do crime**. São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência – USP, 1990. Mimeo.

ARANHA, Gervácio Batista. **Realismo VS Nominalismo e a escrita da História: questões para o século XXI**. (Texto inédito).

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. **Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na campanha salvacionista de 1911**. Natal: EDUFRN, 1998.

BAUMAM, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2004.

BURGUIÈRE, André. "Antropologia histórica", In: LE GOFF, Jacques (org.). **A História nova**, trad: Eduardo Brandão, 4ª ed., 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Dicionário das Ciências Históricas**, Trad: Henrique de Araújo Mesquita, Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURKE, Peter. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**, São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro, Zahar Editor, 2005.

CASSIERER, Ernest. **Linguagem e Mito**. 3ª ed. SP: Perspectiva, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tomo I: Petrópolis, Rio de Janeiro. 2007.

CERQUEIRA, Francisco Gisálio. **A Ideologia a Favor e a Ignorância Simbólica da Lei**. Vice Governadoria do Rio de Janeiro, CEUEP-Centro Unificado de Ensino e Pesquisa: Rio de Janeiro, 1993. Vozes, 1994.

DESAN, Suzane: **Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis**. In. HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1989.

LARA, Sylvia Hunold. “A herança dos “*Annales*”: o princípio e seus discípulos”. *In*: **CARDOSO**, Ciro Flamarion e **VAINFAS**, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, Cidade e Trabalho*. Bauru, SP: EDUSC. 1996.

SHALLHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996,, 2001.

2002

ZALUAR, Alba. “*Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios*”. *In*: **VELLOSO**, J.P. (org.): Governabilidade, sistema político e violência urbana. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1995.